

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Povo

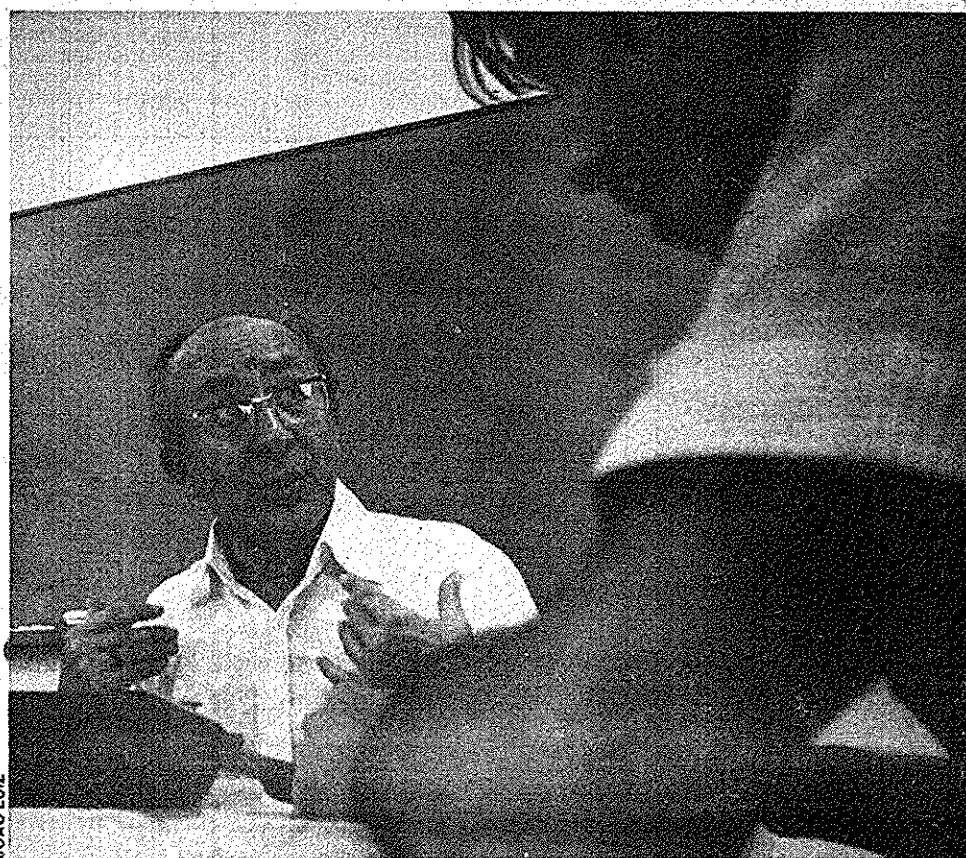
Class.: Direitos Indígenas

Data: 5 de maio de 1981

Pg.: DINR 00 21

Índio é visto ¹⁹⁰ como ameaça, diz D. Tomás

"De estorvo, o índio passou a ser considerado uma ameaça à segurança nacional. Isso em consequência da militarização da Funai, onde o pessoal só vê suspeitos à sua volta", afirmou, ontem, o vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário, dom Tomás Balduino, bispo da Cidade de Goiás, em entrevista coletiva à imprensa. Ele participou do seminário "O Índio e seus Direitos Históricos", promovido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo e realizada na igreja São Domingos, que reuniu 90 lideranças indígenas de 37 nações, de 11 Estados. O encontro serviu para a ratificação da União das Nações Indígenas, "um instrumento que os índios descobriram para defender as tribos, visando a recuperação de sua identidade, a defesa de seus direitos". **PÁGINA 6**



Dom Tomás falou ontem sobre conclusões do seminário de S. Paulo

Dom Tomás alerta ¹⁹⁰ o povo sobre os direitos do índio

"De estorvo, o índio passou a ser considerado uma ameaça à segurança nacional. Isso em consequência da militarização da Funai, onde o pessoal só vê suspeitos à sua volta", afirmou o bispo da Cidade de Goiás, dom Tomás Balduino, também vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário, em entrevista coletiva à imprensa. Segundo ele, a política indigenista oficial peca por sujeitar o índio ao Ministério do Interior, que é responsável justamente pela fronteira econômica, incentivo à implantação e apoio a empresas.

"Contudo, nessa história do índio ser problema de segurança nacional, ele não está isolado. O líder dos trabalhadores metalúrgicos, Luiz Inácio da Silva, está enquadrado na Lei de Segurança Nacional, e o mesmo acontece com José Francisco, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura" - ressaltou.

UNI

Dom Tomás Balduino esteve em São Paulo, na semana passada, onde participou do seminário "O Índio e seus Direitos Históricos", organizado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo e que reuniu 90 lideranças indígenas de 37 nações, de 11 Estados. O encontro serviu para a ratificação da União das Nações Indígenas - UNI - "um instrumento que os índios descobriram para defender as tribos, visando a recuperação de sua identidade, a defesa de seus direitos, a reivindicação daquilo que tem sido fraudado pelo órgão oficial".

Resaltou que aproveitando-se do encontro, os líderes indígenas resolveram criar a diretoria efetiva da UNI, sendo eleito presidente Marcos Terena, um índio universitário que mora em Brasília, engajado na causa indígena, e vice-presidente, Alvaro Tucano. Dom Tomás disse que a Funai tentou fazer um degola no encontro, mas as lideranças estavam informadas destas intenções.

DIREITOS HISTÓRICOS

O objetivo do encontro, realizado na igreja São Domingos, foi de conscientizar e mobilizar a opinião pública sobre os direitos históricos do índio: sua organização própria, auto-determinação e a conquista cada vez maior de sua liberdade. "O índio é o sujeito de sua história. Mas isso não basta, é preciso que a opinião pública se mobilize para a defesa desses direitos. É preciso superar essa falsa imagem que o índio é bandido, criminoso e preguiçoso. É preciso reconhecer que eles têm seus direitos históricos".

A reunião de São Paulo foi ainda importante por trazer reivindicações de algumas nações muito pouco conhecidas. Representantes de todas as tribos fizeram declarações e denúncias e aproveitaram para dar uma idéia do que é sua língua, um pouco de sua música e dança.

EMANCIPAÇÃO

O vice-presidente do Cimi frisou ainda durante a entrevista, no Spar, que os índios repudiarão a emancipação proposta pelo Governo, "pois ela subjugará a situação dos índios ao sistema econômico. Emancipado, aparentemente, o índio terá todos os direitos. Mas é justamente o contrário, pois ele vai perder sua condição de índio, suas terras. A tentativa de emancipação é uma tentativa de encampar suas terras. No entanto, o índio está em busca de sua auto-determinação" - frisou.

Visando desalojar e disseminar o índio, a Funai criou um critério indoneidade para saber quem é índio. Em face desse critério, a sua organização é castrada pelo Governo e as lideranças degoladas, passando a ser um problema de segurança nacional. "O que é um absurdo, é um cegueira. Como um grupo de 200 mil índios poderá trazer problemas para a segurança nacional? A política indigenista oficial assumiu um caráter de força. A Funai está falida, sempre desobedeceu o Estatuto do Índio e agora propõe sua modificação".